

Moção 66

Territórios Vivos / Ou uma agenda onde a natureza, o conhecimento e as comunidades rurais encontram novas formas de prosperar em conjunto

Ou uma agenda onde a natureza, o conhecimento e as comunidades rurais encontram novas formas de prosperar em conjunto

Durante demasiado tempo, Portugal olhou para os seus territórios rurais e para o interior, sobretudo com a lente da perda: a perda demográfica, a perda de serviços, de atividade económica ou de oportunidades. Esta visão baseada na escassez conduziu a políticas marcadas pela compensação e pela tentativa de contrariar tendências que parecem inevitáveis, como o despovoamento, o envelhecimento, a desertificação física, o isolamento, a desigualdade e o declínio.

A nível global, por outro lado, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a transformação dos sistemas alimentares, a digitalização, a IA e conseqüente necessidade de procurar por novas formas de viver e trabalhar colocam-nos perante a necessidade de repensar a relação entre desenvolvimento, território e natureza.

Os territórios rurais concentram recursos fundamentais para enfrentar os desafios das próximas décadas: água, solos, florestas, paisagens culturais, património, conhecimento acumulado ao longo de gerações e comunidades com uma relação profunda com os ciclos da natureza. E estes beneficiam a sociedade no seu conjunto, na forma de serviços como a conservação da biodiversidade, a regulação do ciclo da água, o armazenamento de carbono, a proteção dos solos, e a redução do risco de incêndio. Reconhecer e valorizar estes serviços constitui uma condição indispensável para construir uma economia territorial mais justa e resiliente.

O Futuro a que o Presente exorta

Uma agenda regenerativa procura ir além da mitigação dos impactos negativos ou da simples conservação. Significa restaurar a capacidade dos ecossistemas, fortalecer as comunidades e criar novas formas de prosperidade que resultam da interação entre natureza, conhecimento e economia local. Regenerar é aumentar a capacidade dos territórios para produzirem bem-estar, riqueza e resiliência ao longo do tempo.

A nossa ambição reside assim no reconhecimento do papel estratégico que estes territórios podem desempenhar no futuro do país e propomos que o LIVRE se assuma como o impulsor desta mudança de perspetiva, indicando um caminho político que não se contenta em compensar os territórios do interior pelas dificuldades acumuladas ao longo de décadas, mas que se foque em libertar o potencial dos territórios a partir de uma agenda regenerativa que fomente a coesão territorial.

Mas será esse caminho possível, ou é apenas uma utopia? E será a alternativa do ocaso da biodiversidade, do abandono do interior, dos incêndios florestais, a distopia inevitável a que estamos condenados? Se o futuro é o que fizermos dele, a mudança está ao nosso alcance.

Aqui, e agora

A realidade é que, atualmente, de forma discreta e à revelia de opções políticas nacionais e europeias, em muitos lugares durante anos vistos apenas através dessa lente da perda, estão a emergir novas dinâmicas. De Mértola a Ourique, na aldeia de São Luís, em Odemira, em Montemor-o-Novo, Idanha-a-Nova, ou na Cova da Beira, diferentes iniciativas de base local demonstram-nos que novas formas de organização de económica, social e comunitária são possíveis e desejáveis.

Falamos de projetos e processos ligados à regeneração da paisagem, à agricultura regenerativa, à inovação social, à cultura, ao conhecimento e à criação de novas comunidades. Experiências diversas, com escalas e naturezas diferentes, mas que partilham uma característica comum: nascem da colaboração entre pessoas, organizações e territórios e revelam caminhos possíveis para uma nova relação entre desenvolvimento e natureza. Estes territórios podem igualmente afirmar-se como laboratórios vivos de inovação ecológica, atraindo centros de investigação, empresas de base tecnológica e redes internacionais dedicadas à regeneração das paisagens, à adaptação climática e à experimentação de novos modelos económicos e sociais.

Estas experiências constituem pistas fundamentais para repensar as políticas públicas. Mostram que a revitalização rural depende da capacidade de criar condições para que a energia existente nos territórios possa florescer, ligando conhecimento local, inovação, regeneração dos ecossistemas, empreendedorismo e cooperação.

A valorização sustentável dos recursos biológicos pode impulsionar uma nova bioeconomia territorial, criando cadeias de valor ligadas aos biomateriais, à construção sustentável, às fibras naturais, à biotecnologia e à economia circular, gerando emprego qualificado e novas oportunidades económicas associadas ao património natural. Por outro lado, a produção alimentar, a recuperação de solos degradados, a gestão sustentável da água, a valorização da biodiversidade, a restauração das paisagens e a prevenção estrutural dos incêndios podem cruzar-se harmoniosamente por meio de modelos territoriais mais resilientes, criando emprego, atraindo investimento e reforçando a capacidade de adaptação do país.

Neste caminho, a agricultura regenerativa assume uma importância central. Num contexto de crescente instabilidade geopolítica e de alterações climáticas, os sistemas agrícolas do futuro terão de responder simultaneamente aos desafios da produção alimentar, da saúde dos solos, da disponibilidade de água e da proteção da biodiversidade, pelo que reforçar a capacidade nacional de produzir alimentos de forma sustentável constitui uma dimensão essencial da soberania e da resiliência do país. Portugal possui conhecimento, experiência e condições para desenvolver uma nova geração de práticas agrícolas que combinem o saber acumulado pelos agricultores com a investigação científica e a inovação tecnológica.

Mas esta transformação exige apoio aos agricultores, redes de aprendizagem, experimentação no terreno e uma extensão rural qualificada, capaz de aproximar conhecimento e prática. Precisamos de técnicos preparados para acompanhar esta mudança: profissionais dos serviços públicos, agentes de extensão rural, associações agrícolas e outros atores locais que possam apoiar comunidades e agricultores na transição para modelos mais resilientes e regenerativos.

Uma Comunidade com Futuro

A revitalização rural também depende da capacidade de criar comunidades dinâmicas, abertas e intergeracionais. Muitos jovens buscam hoje novas formas de vida mais próximas da natureza e das comunidades locais; muitos profissionais podem desenvolver suas atividades por meio do trabalho digital; investigadores, empreen-

dedores, criadores e pessoas em pós-reforma podem contribuir com conhecimento, experiência e capacidade de iniciativa para novos projetos territoriais.

Estes movimentos representam uma oportunidade para renovar o tecido económico, social e cultural dos territórios rurais, mas para isso, são necessárias condições concretas: habitação acessível, conectividade digital, mobilidade, serviços públicos qualificados, educação, saúde e cultura. A revitalização dos territórios constrói-se através da capacidade de integrar diferentes gerações, conhecimentos e experiências, valorizando as identidades locais e criando espaço para novas formas de participação.

Novas formas de cooperar

Os desafios relacionados com a água, os solos, as florestas, os sistemas alimentares e a biodiversidade não reconhecem fronteiras administrativas. A gestão do futuro deve aproximar diferentes atores e promover uma visão integrada baseada na funcionalidade e dinâmica das paisagens e dos ecossistemas e uma relação de reciprocidade.

É neste contexto que defendemos a criação de Laboratórios de Regeneração Territorial, inspirados nos princípios dos Bioregional Weaving Labs. Estes espaços devem reunir comunidades locais, autarquias, agricultores, investigadores, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos, criando plataformas permanentes de colaboração para a construção de soluções à escala da paisagem. O objetivo é fortalecer a inteligência coletiva dos territórios, aproximando conhecimento científico, inovação e saberes ancestrais e criando estratégias de desenvolvimento alinhadas com os ciclos da natureza e com as necessidades das comunidades.

O LIVRE deve afirmar-se politicamente como agente desta mudança, e defender os seguintes objetivos:

1. Criar um Pacto Nacional para os Territórios Vivos

Criar uma estratégia nacional para a revitalização dos territórios rurais que coloque a regeneração ecológica, a valorização dos recursos locais, a inovação territorial, a atração e fixação de população e a criação de novas oportunidades económicas no centro das políticas públicas.

Este pacto deverá reforçar a participação dos territórios rurais na definição das prioridades nacionais e promover uma abordagem integrada entre ambiente, agricultura, economia, habitação, conhecimento e cultura, que respeite as diferenças paisagísticas e culturais do território.

2. Criar um Programa Nacional de Agricultura Regenerativa

Criar um programa nacional dedicado à transição regenerativa dos sistemas agrícolas e agroflorestais, apoiando agricultores, cooperativas e comunidades rurais na adoção de práticas que promovam solos vivos, maior eficiência no uso da água, biodiversidade e resiliência climática.

Este programa deverá incluir uma componente estruturada de formação e capacitação dirigida aos técnicos dos serviços públicos, agentes de extensão rural, associações locais e de agricultores, garantindo conhecimento especializado para acompanhar agricultores e comunidades, bem como promover redes de experimentação e aprendizagem que aproximem agricultores, investigadores e técnicos, articulando conhecimento tradicional, ciência e inovação.

A implementação desta estratégia deverá mobilizar recursos provenientes da Política Agrícola Comum, dos fundos de coesão, do Fundo Ambiental e de outros instrumentos europeus destinados à adaptação climática, biodiversidade e desenvolvimento regional, assegurando uma abordagem integrada e de longo prazo.

3. Criar uma Rede Nacional de Laboratórios de Regeneração Territorial

Criar uma rede nacional de Laboratórios de Regeneração Territorial, inspirados nos Bioregional Weaving Labs, como espaços permanentes de colaboração entre comunidades locais, autarquias, agricultores, investigadores, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos. Estes laboratórios deverão apoiar processos colaborativos de planeamento e ação à escala das paisagens, integrando conhecimento ecológico, económico, cultural e social, sendo suportados por capacitação sólida para o desenvolvimento de lideranças colaborativas e formação de ativadores de mudança.

Através destas redes será possível identificar oportunidades específicas de cada território, mobilizar recursos e desenvolver estratégias próprias de regeneração, criando novas formas de prosperidade baseadas no conhecimento dos ciclos da natureza e na capacidade coletiva das comunidades.

4. Criar um Programa Nacional de Valorização dos Serviços dos Ecossistemas

Desenvolver mecanismos de remuneração para agricultores, comunidades locais, baldios e outras entidades que contribuam para a conservação da biodiversidade, a regeneração dos solos, a retenção de água, o sequestro de carbono e a gestão sustentável da paisagem. Este programa deverá reconhecer que estes serviços ambientais constituem infraestruturas essenciais para a segurança, a resiliência climática e o bem-estar coletivo, gerando novos rendimentos associados à gestão sustentável dos territórios.

Investir nos territórios rurais não é uma política de compensação para espaços em declínio; é uma aposta estratégica na capacidade do país para enfrentar a crise climática, reforçar a soberania alimentar, produzir conhecimento e construir uma prosperidade assente na regeneração dos ecossistemas e das comunidades.

Construir territórios vivos significa criar condições para que pessoas, comunidades e ecossistemas possam prosperar em conjunto. Significa valorizar os lugares, os conhecimentos e as relações que dão identidade a cada território. Significa preparar o país para um futuro onde a regeneração das paisagens e o desenvolvimento humano caminham Livre e saudavelmente, lado a lado.

E é neste futuro que o LIVRE pode afirmar uma visão transformadora para Portugal.

Proponentes

- Marta Cortegano
- Francisco Burnay
- Carla Sofia do Carmo
- Carlos Branco
- Inês Amorim
- Vitor Madureira